

# “O único caminho é o do ajuste fiscal”

por Maria Clara R. M. do Prado  
de Brasília

“Só há um caminho para a economia brasileira agora, o do ajuste fiscal, e vamos fazer isto para crescer.” A declaração é do secretário especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Economia, Roberto Macedo, ao externar na sexta-feira a este jornal sua própria opinião com relação à encruzilhada que parece ter se colocado frente à política econômica do governo: crescer agora, o que implica política monetária mais frouxa, ou ajustar primeiro para crescer mais adiante.

Ele teme que a opção agora por soltar a economia com taxas de juro baixas leve o País subitamente a uma deterioração tal que todo o esforço feito até aqui estaria irremediavelmente comprometido. “Não podemos esquecer que a situação hoje é bem melhor do que em fevereiro do ano passado, quando o estoque da dívida mobiliária em poder do público passava de Cr\$ 20 trilhões e o déficit público operacional chegava a 7% do PIB”, disse Macedo, contrapondo com os dados atualizados que apontam para uma dívida mobiliária federal em

poder do público de Cr\$ 11 trilhões e déficit operacional de 2,4% do PIB.

O País precisa garantir para 1992 um esforço fiscal da ordem de 3% do PIB e, enquanto isso não for assegurado, as taxas de juro não podem ser negativas. Macedo qualifica a prática do juro alto como uma “política de transição” e comenta que o Banco Central (BC) efetivamente praticou política de juros elevados em setembro. “Nas últimas duas ou três semanas o BC nem forçou muito as taxas de juro em função até das pressões contra os juros altos”, atestou ele, lembrando que a autoridade teria conseguido vender todos os papéis oferecidos no último leilão se tivesse aumentado as taxas de juro.

Há, na opinião de Macedo, três razões que justificam a necessidade de se manter uma política de juro positiva enquanto não se realiza o ajuste fiscal:

• primeira, porque há excesso de poupança no País. “O governo destruiu a poupança financeira pela forma como reduziu a dívida pública no passado”, disse o secretário, apontando também o bloqueio da poupança no Plano Collor I, de março de 1990, como ou-

tro motivo para a diminuição da poupança interna;

• segunda, porque o governo ainda é o grande tomador de recursos no mercado. “O fenômeno é conhecido como ‘crowding out’ — onde a necessidade de financiamento do setor público é tão grande que acaba tomando o lugar do setor privado na disputa por recursos — e sobra pouco espaço para o setor privado se financiar;”

• terceira, a cunha fiscal nas taxas de juro é elevada. “O poupadão reclama que ganha pouco e o tomador reclama que paga muito”, listou o secretário especial para Assuntos Econômicos, referindo-se à série de taxas e impostos, como o Finsocial e o PIS/PASEP, além do IOF, que recaem sobre o custo do dinheirinho.

Além das três razões, existe uma quarta que é justamente o uso das taxas de juro como a principal âncora do controle da inflação enquanto o setor governamental não conseguir equilibrar suas contas. “Baixar os juros colocaria tudo a perder”, resumiu Macedo, lamentando que haja tanta expectativa negativa no momento. Como bom otimista, Macedo prefere apostar no “sucesso

das empreitadas” de iniciativa do Poder Executivo.

“O melhor presente de Natal para nós é termos o ‘emendão’, a reforma tributária e a privatização até o final do ano”, adiantou Macedo, confiando que as dificuldades políticas vão, aos poucos, sendo superadas. Ele acha, por exemplo, que o “emendão” já não tem hoje tanta resistência no Congresso Nacional e considera que o desmembramento do “emendão” em cinco partes em nada dificultará a sua aprovação. Pelo contrário, a avaliação de Macedo é de que ficará mais fácil a aprovação das propostas do Executivo da forma como foram divididas.

Quanto à reforma tributária, cuja primeira etapa o Executivo pretende encaminhar ao Congresso até o final deste mês, o secretário especial disse que já há um pré-projeto sendo examinado pela equipe econômica. Os avanços dos últimos dias serão apresentados ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, que já estará de volta a Brasília nesta segunda-feira. Mas Macedo adiantou que novas reuniões com o presidente da República, Fernando Col-

lor de Mello, serão realizadas até que o projeto esteja pronto. Ele enumerou para este jornal os princípios que estão orientando a elaboração do projeto por recomendação do próprio presidente Collor:

- simplificação e desburocratização no recolhimento de impostos;

- equidade fiscal. A intenção é dar um tratamento mais justo na distribuição da carga tributária entre os vários tipos de contribuintes;

- aumento da base tributária. O objetivo aqui é “fechar os buracos” na legislação que permitem a isenção de impostos para determinados setores e, através do controle, passar a incorporar parte do setor informal. “Há muita gente no setor informal que tem Código Geral do Contribuinte (CGC) e queremos evitar a sonegação”, disse ele.